

48 Parque Nacional da Lagoa do Peixe, e o conhecimento dos mecanismos que garantirão que
49 questões ambientais sejam contempladas no Orçamento Participativo do Estado;
50 **Documentos encaminhados pela APEDEMA** com a Resolução do Encontro Estadual de
51 Entidades Ecológicas; O Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul justificou
52 a ausência do Titular e Suplente, devido estarem participando de banca examinadora de tese
53 de doutorado; **A Instituição Universitária Privada-PUCRS** comunica que seus
54 representantes Titular e Suplente estão impossibilitados de comparecer a esta reunião devido
55 a compromissos científicos e acadêmicos. Em seguida procedeu a leitura da ordem do dia: 1-
56 aprovação da ata da Décima Nona Reunião Ordinária e da Décima Primeira Reunião
57 Extraordinária; 2- Semana Estadual do Meio Ambiente; 3- Criação da SEMA; 4- Código
58 Estadual do Meio Ambiente; 5- Relato sobre a Celulose Cambará; 6- Funcionamento das
59 Câmaras Técnicas; 7- Situação da BR-101- entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe;
60 8- Assuntos gerais: relato do Grupo de Trabalho sobre o Parque Estadual de Nonoi. Foi
61 proposto alteração na ordem dos itens de pauta sendo que, após a aprovação das atas, seja
62 inserido o relato do Grupo de Trabalho do Parque Estadual de Nonoi. A .Sr^a Kathia
63 Vasconcelos propôs que o assunto sobre a situação da RST-101, seja o terceiro item pois o
64 representante do NEMA necessita retornar a Rio Grande ainda nesta tarde o que foi aceito por
65 todos. Passou-se ao primeiro item de pauta: **“1- aprovação da ata da Décima Nona
66 Reunião Ordinária e da Décima Primeira Reunião Extraordinária;”**. O Sr. José Roberto
67 Pires Weber, representante da FARSUL, solicitou a palavra para questionar a forma das
68 redações das atas dizendo que, se continuarem sendo feitas desta maneira, todos os membros
69 devem se identificar. O Sr. Presidente explicou que, por ser um assunto complexo, tornou-se
70 uma reunião de registro difícil. Disse que as atas do CONSEMA continuarão sendo feitas
71 desta maneira e que, as atas das Câmaras Técnicas terão apenas um relato sucinto elaborado
72 pelos próprios Conselheiros. O Sr. Flávio Lewgoy, em relação as atas apresentadas, destacou
73 o termo “degravação de fitas”, salientando que o mesmo deve ser “transcrição de fitas”. O Sr.
74 José Roberto Pires Weber disse que encontrou dificuldade de entendimento nesta ata,
75 salientando que não reflete a realidade da reunião, não aprovando a mesma. O Sr. José Weber
76 disse que gostaria que ficasse consignado, que não ocorram mais os erros que se apresentaram
77 nessa Ata. O Sr Presidente sugeriu que esta ata tenha uma nova redação, pois nenhuma
78 reunião pode ficar sem registro, ainda mais se tratando de uma reunião histórica como essa,
79 deixando claro isto ocorrerá especificamente para está reunião. O Sr. Sandor Grehs,
80 Representante da UFRGS, concorda com o representante da FARSUL e disse que teve
81 dificuldades de entendimento dos assuntos transcritos. Disse que quem a redigiu não estava
82 presente na reunião, sugerindo que a Secretaria Executiva melhore a redação. O Sr. Francisco
83 Bragança, Representante da Sociedade de Engenharia, sugeriu que a Secretaria Executiva
84 realize somente a transcrição das atas do CONSEMA e que, para atas das reuniões das
85 Câmaras Técnicas seja utilizado a sistemática atual. O Cel. Nelsohoner S. da Rocha,
86 Representante da Secretaria de Justiça e Segurança, sugeriu que os Conselheiros enviem as
87 alterações à Secretaria Executiva para que o trabalho de redação seja aperfeiçoado, sendo a
88 sugestão acatada por todos. O Sr. José Roberto Pires Weber comentou que, da maneira como
89 esta ata foi transcrita todos os Conselheiros, presentes à reunião, ficarão anônimos e, por se
90 tratar de uma reunião histórica isto não pode ocorrer, salientando que a ata não correspondeu
91 a grandiosidade da reunião. Destacou que, se houver necessidade, de uma pesquisa do que
92 ficou decidido na 19^a reunião do CONSEMA, que aprovou a criação da Secretaria Estadual
93 do Meio Ambiente, isto não será possível devido a transcrição mal feita da respectiva ata. O
94 Sr. Nelsohoner S. da Rocha sugeriu que todas as decisões tomadas sejam transcritas em

95 negrito. O Sr. Flávio Lewgoy, questionou alguns termos apresentados, dizendo que estão
96 confusos, citando a linha 47, que diz: “intimou os trabalhos da Câmara Técnica”, salientando
97 que deve ser “ iniciou os trabalhos da Câmara Técnica”. Sugeriu que todos os Conselheiros
98 leiam a ata para que, na reunião, sejam apresentadas apenas as alterações. O que foi acatado
99 por todos. Desta maneira a **Ata da Décima Nona Reunião Ordinária do CONSEMA NÃO**
100 **FOI APROVADA**, devendo ser refeita e apresentada na próxima reunião. A **ata da Décima**
101 **Primeira Reunião Extraordinária foi aprovada** pelos Conselheiros presentes a esta
102 reunião. Em seguida, passou-se ao próximo assunto: situação da RST-101, entorno do Parque
103 Nacional da Lagoa do Peixe. Passou a palavra a Sra. Ana Rosa Bered, Técnica da Divisão de
104 Planejamento e Diagnóstico/Programa de Gerenciamento Costeiro da FEPAM que fez uma
105 síntese do relatório referente ao trecho Mostardas/Tavares - RST-101. Iniciou dizendo que o
106 licenciamento do trecho Mostardas/São José do Norte foi solicitado à FEPAM em 1995 e, em
107 1997 o licenciamento do lote I-Mostardas/Tavares. Disse que, após vistoria foi constatado
108 que o trecho encontrava-se em fase de implantação. Salientou que esses licenciamentos foram
109 realizados sem a exigência de EIA/RIMA e que, após um posicionamento do IBAMA, foi
110 emitida a LI. Comentou os pontos polêmicos da estada e as exigências solicitadas em função
111 de um ganho ambiental. Informou que a Licença de Instalação é composta de dezesseis itens
112 de medidas compensatórias e mitigadoras para esse trecho da estrada. Em março de 1999 foi
113 encaminhado a FEPAM o relatório com essas exigências, sendo que a decisão, quanto ao item
114 1, não foi encaminhada ao IBAMA para apreciação e manifestação, o que gerou essa
115 polêmica. Em maio de 1999 o Ministério Público Federal recomendou a FEPAM que
116 determinasse a suspensão das obras, até que o IBAMA se manifestasse, o que foi do acordo
117 do DAER que paralisou as obras. A documentação foi encaminhada ao IBAMA que, em
118 conjunto com a FEPAM prontificou-se à examiná-la em caráter de urgência. O Sr. José
119 Roberto Pires Weber, Representante da FARSUL, perguntou por que razão a autorização não
120 foi encaminhada ao IBAMA e quando a FEPAM encaminhou a documentação para esse
121 órgão. O Sr. Presidente esclareceu que havia um impasse em torno dessa questão e foi feita
122 uma avaliação dos itens da nova proposição. Comentou a situação do IBAMA, nesse período,
123 salientando que nada justifica a falha da necessidade de encaminhamento da FEPAM ao
124 IBAMA, para consulta em relação a alteração feita. Disse que a partir da recomendação do
125 Ministério Público Federal a FEPAM reuniu-se com o IBAMA para um encaminhamento da
126 questão. Salientou que o licenciamento é da FEPAM, mas na Resolução nº 013, indica que o
127 IBAMA deve ser consultado. Informou que a documentação foi enviada ao IBAMA em
128 20/05/99. A Sr^a Kathia Vasconcellos, Representante do Núcleo Amigos da Terra, comentou
129 que foi criado um núcleo de entidades ecológicas que trabalham com unidades de
130 conservação. Disse que a solicitação da inclusão desse tema nesta pauta partiu desse núcleo,
131 sendo solicitada a presença do representante do NEMA- Núcleo de Estudos e
132 Monitoramentos Ambientais que atua no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, para
133 um relato da experiência e vivência de uma ONG ambientalista. Iniciando seu comentário o
134 Sr. Henrique Ilha esclareceu que o NEMA é o responsável pelo Programa de Educação
135 Ambiental do Parque. Em relação a estrada comentou o acompanhamento da seqüência dos
136 RTVAs do trecho de Mostardas/Tavares. Quando foi verificada a seqüência desse
137 procedimento, junto ao Parque Nacional, foi feita uma manifestação à Procuradoria com a
138 posição do NEMA, não havendo o acompanhamento da sociedade. Disse que a diretoria do
139 Parque enviou ao DAER um parecer no sentido de preservar, integralmente, o banhado e que
140 não foi ouvido o responsável legal pelo Parque. Foi recomendada à Procuradoria que, antes
141 do empreendimento estar viabilizado deve haver um investimento na mitigação e na

142 compensação. Destacou que deve haver uma valorização dessas áreas e um estudo de impacto
143 ambiental, sendo que as medidas devem ser tomadas no decorrer da obra. O Sr. Presidente fez
144 uma síntese da posição da FEPAM, dizendo que a Instituição reconheceu a falha no
145 procedimento, quando do não cumprimento a Resolução CONAMA nº 03. Disse que a
146 consulta deve ser feita ao órgão responsável pela gestão da unidade de conservação e a
147 licença determina que as medidas compensatórias sejam conduzidas pela FEPAM e tratadas
148 com o IBAMA, através da sua representação e a Prefeitura local. Esclareceu que esses foram
149 os acertos entre o IBAMA e FEPAM e também a comunicação feita ao Ministério Público
150 Federal. Ressaltou que o IBAMA, através da direção do Parque Nacional da Lagoa do Peixe
151 teve participação na negociação das medidas compensatórias mas, a manifestação da direção
152 do IBAMA é de que a sua representação, não estava autorizada. Disse que toda e qualquer
153 manifestação ou consulta ao IBAMA será feita a sua Direção. O Sr. José Roberto Pires Weber
154 disse que, a questão da diretoria do parque ser ouvida ou não, é um problema que diz respeito
155 ao IBAMA; a comunidade quer a estrada; este assunto vem sendo discutido há mais de dez
156 anos, ressaltando que não aceita a colocação de que as coisas são feitas de última hora,
157 salientando que a questão foi burocrática. A Srª Kathia Vasconcellos Monteiro também fez
158 observações quanto ao período dessa discussão, salientando que não entende a razão da
159 solicitação de urgência quando da chegada do processo de licenciamento à FEPAM.
160 Ressaltou que é inadmissível que os empreendimentos que tenham um potencial polêmico
161 sejam licenciados por trechos. Ressaltou que a questão deve ser resolvida de uma forma
162 racional, com base técnica e ouvindo os interessados. A Srª Lúcia S. Anello, Representante do
163 Centro de Estudos Ambientais, manifestou-se para esclarecer que a solicitação e
164 reivindicação da construção desta estrada vem deste os anos 60. Disse que a questão
165 encontra-se nesse impasse, por completo descaso do Poder Público. Salientou que não é um
166 problema burocrático e o custo econômico é pouco perto do custo ambiental e social.
167 Encerrando disse que seria importante resolver esta questão de uma maneira que o ambiente
168 seja o menos possível degradado. O Sr. Francisco Bragança, Representante da Sociedade de
169 Engenharia, fez observações sobre as manifestações apresentadas questionando a posição do
170 Conselho sobre a questão. O Sr. Luiz Felipe Kunz, Técnico da FEPAM, explicou que existe
171 um Técnico do DRNR no local e que apenas foram registrados pequenas ocorrências como
172 roubo de taquaras, etc. O Sr. Flávio Lewgoy, questionou se há policiamento no local. O Sr.
173 Luiz Felipe, explicou que a área fica sob cuidado do órgão do Estado, até que seja demarcada
174 e que no local há policiamento dos funcionários do DRNR. O Sr. Flávio Lewgoy questionou a
175 questão de serrarias no local. O Sr. Luiz Felipe esclareceu que o que ocorre são pequenos
176 cortes de taquara, nada de grande porte. A Sr. Edi Xavier, perguntou se há realmente
177 policiamento na área. A Srª Maria Cristina Souza, comentou que tem conhecimento de que
178 existem guardas florestais. O Sr. Nelsohoner S. da Rocha informou que vai trazer na próxima
179 reunião alguma informação a respeito da situação atual e, se possível, vai fazer um voo no
180 local do Parque para saber a situação atual. A Srª Maria Cristina Souza, informou que a
181 Procuradoria Geral do Estado não autoriza a retirada da guarda do local até que realmente
182 seja deflagrado o processo de passagem da área para os índios ou a demarcação. O Sr.
183 Presidente informou que o grupo de trabalho terá continuidade com as seguintes entidades:
184 Núcleo Amigos da Terra, Secretaria da Educação e FEPAM sem prejuízo do
185 acompanhamento de qualquer outra entidade. Passou-se para o próximo assunto: Semana do
186 Meio Ambiente. Fez um relato das atividades que farão parte desta semana, divulgando o
187 tema central “Vocações Regionais Rumo ao Desenvolvimento Sustentável”. Disse que o
188 Estado foi dividido em seis regiões, com o apoio das instituições ambientais de cada uma.

189 Sua abertura oficial será no dia 31/05/99, no Teatro do São Pedro, com a presença do Sr.
190 Franz Krajcberg, escultor e ambientalista e também da Sra. Socorro Nobre. Procedeu a leitura
191 das atividades que serão realizadas na semana de 31/05/99 à 13/06/99. Dando seguimento o
192 Sr. Jackson Müller informou sobre a campanha “Mete Pilha”, dizendo que o objetivo é
193 arrecadar pilhas já usadas e baterias de celulares para que possam ser reaproveitadas. O
194 próximo assunto de pauta: “Secretaria Estadual do Meio Ambiente”. O Sr. Francisco
195 Bragança questionou o se o Código Estadual do Meio Ambiente havia sido incluído na pauta
196 para apresentação. O Sr. Presidente esclareceu que não, pois o Legislativo acha melhor que
197 seja apreciado por este Conselho. O Sr. Francisco Bragança sugeriu que fosse feita uma
198 apreciação do documento e que o assunto fosse incluído numa próxima reunião. O Sr.
199 Jackson Müller sugeriu que, por ser uma pauta muita intensa, devem ser abordados mais dois
200 assuntos e o restante deixar para uma próxima reunião. O Sr. Presidente avisa que ser feita
201 uma reunião extraordinária. Que tanto o assunto da Secretaria e tanto o assunto do Código
202 devemos tratar hoje mesmo sem quorum. Solicitou que entre os Conselheiros presentes se tira
203 uma comissão de trabalho para avaliar o Código Estadual do Meio Ambiente para ver se há
204 necessidade de arranjo ou não com a atual situação. O Sr. José Roberto Pires Weber fez
205 observações sobre o Código e disse que foi um projeto apresentado pela Assembléia e
206 subscrito por várias entidades, inclusive pela FARSUL, mas não tinha conhecimento do
207 mesmo. O Sr. Francisco Bragança sugeriu que seja feito um comissão para analisar o Código.
208 O Representante da FARMURS sugeriu uma reunião extraordinária com os temas não
209 discutidos nesta reunião. O Sr. Presidente acatou a sugestão. O Sr. José Roberto Pires Weber
210 disse que se sente constrangido em avaliar um Código onde o representante de sua entidade já
211 avaliou. O Sr. Presidente esclareceu que o Executivo entende que se deve reunir o Conselho
212 para saber sua opinião. O Sr. José Roberto Pires Weber solicitou que este tipo de documento
213 seja enviado com mais antecedência para os Conselheiros, para as devidas apreciações. O Sr.
214 Presidente acolheu a sugestão. A Sr^a Lúcia Socooswki Anello, disse que é importante avaliar
215 o código para favorecer o tramite legal do documento e aproveitou a oportunidade para
216 solicitar uma reunião extraordinária sobre os Transgênicos. Feito isso ficou estabelecido que
217 as entidades que irão integrar o Grupo para avaliação do Código do Meio Ambiente são:
218 Centro de Estudo Ambientais, FAMURS, FARSUL, AGAPAN, FIERGS, Sociedade de
219 Engenharia do RS, Secretaria de Justiça e Segurança, Departamento de Recursos Naturais
220 Renováveis e FEPAM, ficando sob coordenação da FEPAM. O Sr. Presidente sugeriu que as
221 entidades indique seus representantes. Em seguida passou-se a tratar sobre a SEMA. O Sr.
222 Presidente esclareceu aos presentes o encaminhamento do Projeto da Secretaria do Meio
223 Ambiente para a Assembléia. O Sr. José Roberto Pires Weber comentou que o CONSEMA
224 não aprovou a proposta que foi encaminhada à Assembléia, inclusive, lembro que a
225 composição da Secretaria não era algo que deveria ser discutido e sim uma possibilidade do
226 Executivo arrecadar o ônus e o bônus desta reunião. Disse que não votou pela aprovação do
227 Projeto. O Sr. Presidente explicou que foi aprovado apenas as atribuições da Secretaria. A
228 Representante da Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação disse que o texto
229 seria do Executivo e não do CONSEMA. O Sr. Presidente explicou que o texto esta sendo
230 distribuído hoje para os Conselheiros presentes. O Sr. Jackson Müller disse que todas as
231 atribuições estão contidas no projetos. O Sr. Presidente comentou que as proposições de
232 encaminhamento são de continuidade do grupo de trabalho e que a Secretaria de Educação
233 está disposta a integrar esse grupo e também a disposição da CLEPEI de acompanhar e
234 colaborar com o grupo. Feitos os esclarecimento, está aprovada a continuidade do Grupo
235 Técnico trabalho., que fizesse uma análise preliminar do Código, como ele está apresentado,

236 das necessidades de adequação, diante do novo arranjo institucional de Meio Ambiente do
237 Estado e com relação a tramitação dele na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da
238 Assembléia Legislativa. Essa preocupação, no caso do Código, visa tão somente evitar que
239 um pedido de urgência faça com que, num momento determinado, esse assunto venha ao
240 plenário, mas que não tenha mais sentido em função da aprovação pela Assembléia. **O Sr.**
241 **José Weber:** Pelo que entendi é um Projeto apresentado pela Assembléia. Inclusive, está
242 subscrito por uma série de entidades, inclusive a FARSUL. **O Sr. Presidente:** Vou esclarecer
243 e ao mesmo tempo encaminhado. Deveríamos, ao invés de entrar na discussão específica desse
244 ponto, definir uma proposição: quais os pontos que são mantidos e quais os que são retirados
245 da Pauta. Este Projeto do Código, que está tramitando na Assembléia há pelo menos quatro
246 anos, já esteve por ser votado por várias vezes, ele tem elementos de impasse que impediram
247 a sua votação em plenário. Nesse momento se reorganiza a estrutura ambiental do Estado,
248 talvez haja a necessidade, não temos um parecer preliminar sobre isso, de ele ser
249 aperfeiçoado. Ele está há pelo menos quatro anos, e não haveria sentido de aprovar algo que
250 já nasce desatualizado. Abrimos a discussão sobre a racionalização de Pauta. A proposição
251 da Presidência é de que os pontos da SEMA e do Código sejam tratados em função dos
252 encaminhamentos necessário. **O Sr. Francisco Bragança.** Se entendi as colocações da
253 Presidência sobre a importância dos pontos, proponho nós designarmos uma comissão para
254 fazer uma análise sobre os pontos. **O Sr. Presidente:** Nós estamos propondo a manutenção
255 do ponto, uma parte dos esclarecimentos já foi feita. Nós podemos manter o ponto e discuti-
256 lo em cinco minutos. Estamos de acordo com a idéia de comissão. Vamos primeiro tratar da
257 pauta, pela questão de ordem do Conselheiro Jackson. A proposição da Presidência é que se
258 mantenha o ponto da SEMA e o Código. **O Sr. :** Questão de Ordem, o Presidente disse que
259 não havia mais quórum, isso significa que a reunião não tem qualquer possibilidade de
260 deliberar. **O Sr. Presidente:** Isso implique não poder tomar decisões formais, mas em respeito
261 aos presentes, podemos ter encaminhamentos e deliberações sobre assuntos, desde que não
262 sejam considerados impeditivos e ter um possível veto do pleno do Conselho. Caso contrário
263 deveríamos encerrar a reunião, mas em respeito a todos aqui, não seria o caso. **O Sr. Jackson**
264 **Müller:** Gostaria que fosse proposto essa extraordinária, no sentido de recuperar esses pontos
265 que estariam hoje sendo descartados da pauta, mas que fossem priorizados a questão do
266 Código Estadual, mas no sentido de abrir essa possibilidade, para que, na extraordinária, já se
267 tivesse uma posição. Talvez pudesse sair do Conselho um encaminhamento junto à
268 Assembléia Legislativa, no sentido de informar da necessidade de aguardar. Como temos lá
269 outros casos, como alteração do Código Florestal Estadual, o Projeto de Agrotóxicos. **O Sr.**
270 **Presidente:** Se tiver discordância desse encaminhamento, ao invés de invertermos a
271 deliberação para o fim da reunião, já consideramos essa sugestão aceita. Realizamos uma
272 reunião extraordinária, incluindo os pontos não tratados nessa, com destaque para o Código
273 Ambiental. **O Sr. José Weber :** Já não sei se estamos discutindo a forma ou mérito. Fico
274 constrangido de analisar isso aqui, pois não sabia que a minha entidade tinha subscrito esse
275 trabalho. No momento em que a FARSUL, FAMURGS, UFRGS, AGAPAN, Conselho
276 Estadual de Recursos Hídricos, ou seja as nossas entidades aprovaram o trabalho, não me
277 sinto em condições de avaliar um trabalho que foi aprovado pela minha entidade. Para mim
278 está aprovado, não posso mexer nele. Sinto-me incompetente para mexer nele. **O Sr.**
279 **Presidente:** Nossa manifestação é a seguinte: No pleno do Conselho Estadual do Meio
280 Ambiente, CONSEMA, esse assunto não tramitou. Independentemente dos assentos
281 colocados aqui, no CONSEMA esse assunto não foi discutido. O Executivo entende que deve
282 ouvir o CONSEMA para dar a sua opinião, que foi requisitada pelo Legislativo. Pode ser

283 feito, que as entidades aqui presentes, que já tenham participado, referende-o O CONSEMA
284 pode chegar a conclusão de que esse texto não precise ser alterado. É uma questão de fórum.
285 Nós estamos propondo que o CONSEMA avaliasse esse assunto. **O Sr. José Weber** : Como
286 só vi esse texto quando cheguei aqui, não tinha tomado conhecimento do assunto. Inclusive,
287 a minha sugestão à Presidência é de que esse tipo de documento fosse enviado
288 antecipadamente, para termos ciência do que se trataria na reunião, inclusive as atas. Eu vi
289 aqui que a FARSUL subscreveu esse Projeto, eu me sinto, antes de conversar com a entidade,
290 impossibilitado de me manifestar sobre o assunto. Entendo que o Executivo deva considerar
291 uma manifestação do CONSEMA independentemente de quem faça parte do Conselho, ou de
292 quem o tenha aprovado ou não. Só que acho estranho a FARSUL aprovar e eu vir aqui e
293 discordar. **A Sra. Lúcia Aneloer**: Sou representante do CEA de Pelotas. Esse projeto foi
294 extremamente debatido, tenho certeza. Contudo, a manifestação oficial do CONSEMA é
295 fundamental para o próprio tramite burocrático e para a própria aprovação dele. Nós enquanto
296 instância deliberativa não podemos nos furtar ao tema. Podemos não dar um parecer,
297 somente homologando a decisão das entidades, mas mesmo assim é importante constar a
298 discussão. Um grupo de trabalho me parece bem plausível, simples para nos adiantar o
299 trabalho. Aproveitando a questão de ordem, gostaria de solicitar à Mesa uma Pauta de
300 reunião numa reunião extraordinária para a questão dos transgênicos, legislação, estudos que
301 já foram feitos. Essa instância tem que se manifestar sobre esse tema que também carece de
302 manifestação. **O Sr. Presidente**: Registradas as opiniões, fazemos a seguinte proposição, já
303 que estamos tratando dos dois assuntos ao mesmo tempo: tenhamos uma reunião
304 extraordinária num período de trinta dias, dia 25 de junho, Sexta-feira, que tratará dos
305 assuntos não tratados aqui. Há solicitação de pauta para os transgênicos, que pode requerer
306 um tempo maior. Seria uma reunião extraordinária; as ordinárias são sempre de dois em dois
307 meses. Como combinamos que, pelo acúmulo de trabalho, nós faríamos, no primeiro
308 semestre, reuniões mensais, estamos hoje fazendo a reunião ordinária, e dia 25 de junho uma
309 extraordinária. O problema é que, numa mesma reunião, Código e transgênicos seria difícil,
310 de muita densidade. A Reunião Ordinária do CONSEMA está prevista para o dia 16 de julho.
311 A nossa proposição com relação ao Código é que ele seja tratado na reunião do dia 25 de
312 junho, que façamos uma comunicação ao presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente,
313 informando que esse assunto está remetido ao CONSEMA, de maneira que a Comissão tenha
314 ciência. A FEPAM se responsabiliza de trazer uma opinião sua sobre o tema, uma opinião do
315 executivo sobre o tema. Essa proposição é simplificadoria, porque a nossa proposição
316 original era a criação de uma Comissão do CONSEMA para avaliar o assunto. Aliás, se
317 tivéssemos quórum, a proposta era a criação de uma Câmara Técnica Extraordinária. **O Sr.**
318 **O Presidente** pode fazer uma comissão ad referendum, uma vez que não tem quórum, e
319 referendar na próxima reunião. **O Sr. Presidente**: Há disposição de alguma instituição
320 presente no sentido de integrar um grupo de trabalho para avaliar o Código. Então nós
321 compomos. **O Sr. José Weber**: Não necessariamente como Representante da FARSUL, ou
322 tem de ser. **O Sr. Presidente**: As entidades. FARSUL, FIERGS, AGAPAN, Brigada Militar,
323 Sociedade de Engenharia,. FAMURS, FEPAM, Nós não vamos constituir uma Câmara
324 Técnica ad referendum, porque poderia trazer algum constrangimento. Nós reuniremos, sobre
325 a coordenação da FEPAM, esse grupo, convocando a todos, solicitando que enviem a
326 Secretaria do Conselho, até a semana que vem, a sua representação. Imediatamente,
327 chamamos uma reunião de trabalho. Consideramos isso como uma comissão, delegada pelo
328 quórum precário do CONSEMA, que leva uma opinião na próxima reunião. **O Sr.** : Se fosse
329 comunicada a entidade para que esse indicasse o representante. **O Sr. José Weber** : Eu não

330 concordo, acho que nós somos os representantes das entidades, não vamos retirar a nossa
331 legitimidade. **O Sr. Presidente:** Dado o interesse pelo assunto, a representatividade dos
332 membros e a necessidade de que isso seja feito o mais rápido possível, nós saímos daqui com
333 o indicativo de as entidades indicarem os seus representantes, assim evitamos que se leve
334 uma semana para que o ofício chegue.**O Sr. :** O elemento mais importante, arriscando uma
335 crítica que estou humildemente assumindo, é exatamente a conjugação do que acredito que
336 seja uma realidade, a nova Secretaria de Meio Ambiente, com este Projeto. Mas não acredito
337 que haja muito o que mudar, pois isso foi exaustivamente discutido. A Nova Secretaria, onde
338 se encaixa nesse assunto? **O Sr. Presidente:** Adiantando a todos, é isso. Pela nossa
339 localização conjuntural na Assembléia, há quatro ou cinco pontos muito polêmicos que estão
340 impedindo a aprovação em plenário. Podemos localizar esse pontos. Há o ponto polêmico dos
341 ruídos provocados pelos estabelecimentos religiosos, como foi na Lei dos Crimes
342 Ambientais. Nós localizamos isso através da Comissão, de maneira que a comissão venha a
343 sugerir uma redação que talvez supere o impasse político que inviabiliza o Projeto. Solicitei
344 ao Conselheiro Jackson que permanecesse, e tomei a liberdade no sentido de que nós façamos
345 uma intervenção pouco usual na Pauta. Na verdade, não discutimos a Secretaria Estadual
346 nesse reunião, e agora, há quórum precário para isso, então gostaria de dar um informe
347 rápido, para que a reunião não deixasse de tratar o assunto, até porque entendemos que há
348 decorrências. Em primeiro lugar, encaminhamos o Projeto que cria a secretaria de Meio
349 Ambiente - que todos receberam com o texto aprovado no Conselho com alguns
350 aperfeiçoamentos de ordem da localização das rubricas orçamentárias, e alguns elementos de
351 formatação jurídica do Projeto - na última segunda-feira. Ele teve uma tramitação interna de
352 polimento maior do que nós esperávamos. De qualquer forma estamos com o Projeto em
353 tramitação. O executivo pediu o art. 62, ou seja a urgência. Isso significa que a Assembléia
354 tem trinta dias para apreciação. E aprovação, ou não. Inicialmente, tínhamos o indicativo de
355 que o Conselho acompanhasse a entrega ao Presidente da Assembléia, mas dada uma
356 situação muito particular do momento da entrega, que é uma situação de tensão entre o
357 Executivo e o Legislativo, achamos que seria pouco adequado que um conjunto das
358 organizações, que têm assento no Conselho, entrasse no cenário de uma relação particular do
359 Executivo e do Legislativo. Por isso, não ativamos a Comissão que iria, pois poderia
360 configurar um mecanismo externo de pressão sobre o legislativo. Seria mais adequado
361 proceder a entrega de maneira imediata, e não ter a participação dos membros do Conselho.
362 Por outro lado, estamos fazendo a indicação à Assembléia de que gostaríamos, num gesto de
363 desprendimento, que ela aprovasse a Secretaria na Semana do Meio Ambiente. Contatamos
364 com várias Bancada. Entendemos que há possibilidade de que isso aconteça. Nossa idéia seria
365 de que aquela proposição original de várias instituições do Conselho, no sentido do contato
366 com Assembléia, fosse feita através de uma visita das organizações não-governamentais, ou
367 seja, dos membros do Conselho não pertencentes ao Governo Estadual, manifestando a sua
368 opinião sobre o Projeto que foi aprovado pelo CONSEMA.**O Sr. José Weber:** Tem uma
369 questão aí que me parece importante. No meu entendimento, esse CONSEMA não aprovou a
370 proposta que foi encaminhada à Assembléia. Inclusive me lembro bem da minha colocação
371 na Ata que não aprovamos hoje. Disse que, no entendimento da FARSUL, a composição da
372 Secretaria não era algo que deveria ser discutido, mas sim era uma possibilidade de direito
373 do Executivo de fazer a composição administrativa que entendesse conveniente, arrecadando
374 o ônus e o bônus decorrente da decisão. Eu li na imprensa que este Conselho teria aprovado o
375 Projeto. Eu estava presente e não sei como, tenho essa impressão, não votei pela aprovação
376 do Projeto e nem na ata consta nada parecido. Inclusive li, em alguns jornais, com algum

377 destaque, dizendo isso: projeto aprovado pelo CONSEMA. Não houve isso, no meu
378 entendimento, e nem com o meu voto, até porque não foram pedidos os votos. **O Sr.**
379 **Presidente:** Foi colocado em apreciação, e foi aprovado por unanimidade o texto distribuído,
380 descrevendo as atribuições da Secretaria. **Sr. José Weber:** Parcialmente, concordo, mas não
381 o Projeto como um todo, até porque é uma atribuição do Executivo. **A Sra. Anete Piccoli:**
382 Temos na Ata que aquele documento foi recolhido, aquela versão, que era o item três e
383 quatro, que foi entendido que seria do Executivo e não do CONSEMA essa atribuição. Esse
384 texto não nos foi remetido, a nós não chegou. Tinha sido elaborado pela Câmara Técnica. **O**
385 **Sr. Presidente:** o texto do projeto na sua íntegra foi distribuído hoje. Se for necessário que
386 nós distribuamos o texto aprovado no CONSEMA, que descreve as atribuições da secretaria,
387 isso será feito. O texto aprovado no Conselho que dispõe sobre as atribuições da Secretaria
388 está integralmente transcrito no Projeto de Lei, não há nenhuma palavra diferente em relação
389 ao que foi aprovado pelo Conselho. **O Sr. Jackson Müller:** Nós queremos referendar essa
390 colocação. Nós fizemos hoje pela manhã uma análise da proposta, na Reunião dos
391 Conselheiros de Meio Ambiente do Estado: está na sua essência todos os itens discutidos,
392 tanto na Câmara Técnica, que constituiu as atribuições, quanto na Reunião do Conselho.
393 Todos os itens estão contidos. O executivo teria a liberdade de organizar, pelo que foi
394 decidido, a parte estrutural, administrativa da Secretaria, e isso está contido. O que nós
395 aprovamos são atribuições. **O Sr. José Weber:** As atribuições foram aprovadas, o que não
396 foi aprovado foi o Projeto da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, até por que havia
397 algumas questões da integração ou não, por exemplo, dos Recursos Hídricos à Secretaria de
398 Meio Ambiente. Não houve esse tipo de aprovação. E a notícia que foi veiculada é de que
399 este Conselho teria aprovado *in totum*, o que não aconteceu. Os Senhores são uma parcela da
400 Secretaria de Meio Ambiente. **A Sra. Kathia:** O que sai no jornal, muitas vezes, são
401 distorções dos jornalistas. O importante é o que está na justificativa do Projeto de Lei, que diz
402 que, com base nos trabalhos desta Câmara, em reunião do CONSEMA, realizada em 3 de
403 março, foi aprovada por unanimidade as descrições das atribuições da SEMA. **O Sr. José**
404 **Weber:** Recebi isso agora, nem li. Eu não posso ir para uma reunião, receber o documento na
405 hora e não ter tempo para ler, ainda mais com uma pauta de oito itens. E vou sugerir o
406 seguinte: não se coloque uma pauta que, de antemão, se saiba que não vai ser cumprida,
407 porque, senão, se analisa toda a pauta na correria, deixando-se o resto para a próxima
408 reunião., e não se analisa com cuidado necessário. **O Sr. Presidente:** Essa sua recomendação
409 será observada. Achamos que a retomada da periodicidade das reuniões resolve, de maneira
410 significativa, esse assunto. Vou dar dois esclarecimento em nome do Executivo. As
411 atribuições das definições têm decorrências administrativas, quando se determina que o órgão
412 passa a gerenciar, coordenar um sistema. A decorrência administrativa é de transposição de
413 setores administrativos, para que a competência descrita na atribuição seja exercida. O
414 executivo, conforme aprovado pelo CONSEMA, fez isso, colocando-o no Projeto de Lei. O
415 Projeto de Lei não foi distribuído antes aos Conselheiros, porque não poderíamos, em
416 hipótese alguma, enviar a qualquer organização, antes de enviar para a Assembléia
417 Legislativa, sob pena de criação de um problema com o Legislativo, que é a quem compete a
418 avaliação disso. A entrega ao Presidente do Legislativo foi feita na segunda-feira, e não
419 chegaria a tempo para essa reunião. A regra geral é que materiais escrito sejam enviados com
420 antecedência. **O Sr. José Weber:** Não vejo nenhum problema em ser considerado polêmico.
421 Moro em Dom Pedrito, vim hoje pela manhã para essa reunião, retorno amanhã pela manhã, e
422 tudo pelo respeito que tenho pelo Conselho e pela importância que temos aqui. Agora faço
423 repto a qualquer dos conselheiros, inclusive ao Representante da FAMURGS, que foi tão

424 enfático, onde está na ata essa aprovação, que refere que foi feita?**O Sr. :** Eu participei da
425 reunião, eu estive lá e dei o meu voto. Acho que isso é muito mais importante do que a Ata.
426 **O Sr. José Weber:** Engano seu, o valor jurídico de uma reunião se retira da Ata, por isso
427 que, no início reunião, disse que não poderíamos aprovar uma Ata. Ainda fui mais claro: nós
428 passamos, outros vêm nos substituir, e o Conselho permanece. Daqui algum tempo o
429 Presidente vai querer mostrar que isso foi aprovado, e não vai achar na Ata. **O Sr.**
430 **Presidente:** Nós já apontamos a origem desse problema, e tomamos a decisão de que essa
431 Ata não fosse aprovada. Ela será remetida para a próxima reunião para fazer os
432 aperfeiçoamentos necessários. Nós colocamos, por último, em apreciação no Conselho, que
433 manifestou interesse em manter um contato com o Legislativo, no sentido da aprovação do
434 Projeto. Este Conselho não tem quórum para deliberar sobre isso, mas há, por parte de várias
435 entidades, que compõem esse Conselho, disposição de que se faça conversas com o
436 legislativo, no sentido de que se apresse a aprovação do Projeto de Lei que cria a SEMA. No
437 entendimento do Executivo seria melhor que isso fosse feito de maneira mais organizada ,
438 evitando que cada um dos membros do Conselho solicite um reunião específica com a
439 presidência do Legislativo para tratar do assunto. É difícil que se tenha uma decisão objetiva
440 sobre isso, porque o Conselho não pode deliberar. Isso fica como um indicativo.
441 Especificamente, já recebemos, por parte das entidades ecológicas e por parte da FAMURGS,
442 o desejo de um contato com o Legislativo, no sentido de um acompanhamento da aprovação
443 do Projeto. Pode ficar um indicativo de que, no final da reunião, os interessados conversem e
444 retirem os encaminhamentos necessários. Não havendo mais nada a tratar, e agendada a nossa
445 próxima reunião para o dias 25 de junho, os pontos não discutidos nessa pauta, **A Sra.**
446 **Kathia:** Tenho uma sugestão de pauta, não sei se vai dar para incluí-la, que é sobre o
447 problema da Rota do Sol, que já foi apresentado aqui. Na ocasião, foi determinado que
448 periodicamente fosse feita uma apresentação do andamento da implantação da estrada. Isso
449 nunca aconteceu. Estou com uma nota de jornal, também não sei até que ponto anota é
450 verdadeira. Diz que irá acontecer uma renegociação dos contratos de execução da obra, que
451 vai resultar na substancial redução dos custos. Gostaria que fosse apresentada essa proposta
452 para o CONSEMA, para sabermos se essa redução de custos não vai acarretar na diminuição
453 de medidas mitigadoras ou confirmatórias da estrada. Gostaria de sugerir que a Dra. Silvia
454 Capeli, coordenadora dos Centros de Apoio das Defesas Comunitárias, do Ministério Público,
455 fosse convidada a assistir as reuniões do CONSEMA, sem direito a voto, porque ela
456 acompanha vários assuntos no Estado, e isso asseveraria muito no trabalho dela, pois aqui ela
457 poderia ouvir várias assuntos, que poderiam estar envolvidos numa eventual ação judicial.
458 Gostaria de solicitar que fosse enviada uma carta à Presidência do IBAMA, Dra. Marília
459 Marreco, sobre a ausência do IBAMA nas últimas reuniões do CONSEMA.**O Sr. :** Sobre a
460 pauta, os assuntos aqui são todos importantes. O que teria que apresentar não pode, daí
461 inverte a pauta. Acho que deveria ser agendada para uma outra reunião, não para a do dia 25.
462 **A Sra. Kathia:** A Secretária, quando for organizar a Pauta, veja como é que vai ficar. **O Sr.**
463 **Presidente:** A Presidência recolhe todas as sugestões. Essa sugestão já estava oficializada
464 para esta reunião, e nós entendemos que não teria como incluí-la e um outro ponto. A
465 Presidência recolhe a sugestão e tentará organizar a pauta com um redimensionamento de
466 tempo cabível. **A Sra. Lúcia Anelcor:** Será necessário oficializar a questão da discussão dos
467 transgênicos. **O Sr. Presidente:** É preferível, nós acolhemos, mas para o bem do andamento
468 dos trabalhos, é necessário oficializar, que se mande uma carta ao CONSEMA. Estão
469 encerrados os trabalhos. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Cláudio Langone encerrou
470 os trabalhos às dezoito horas, agradecendo a presença de todos. Nada mais a registrar, lavrei a

471 presente ata, que deverá ser submetida à apreciação e aprovação dos Conselheiros em sua
472 próxima reunião.